



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanutto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200

Ilmo. Senhor
Rafael Marques Battisti
DD. Presidente da Mesa Diretora.
Palma Sola - SC

Mensagem do Projeto de Lei Complementar nº 090/2025

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar a essa respeitável Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei Complementar que "Prorroga o prazo de vigência da Lei Complementar nº 86, de 12 de agosto de 2025, e dá outras providências."

A presente proposição visa estender até 27 de fevereiro de 2026 a aplicação da redução temporária da alíquota do ITBI sobre o valor excedente à integralização de capital social, instituída pela Lei Complementar nº 86/2025, tendo em vista os resultados expressivamente superiores às estimativas iniciais, que validaram a tese de que a redução da alíquota tributária resultaria em efetivo incremento da arrecadação municipal.

Com efeito, a política implementada logrou êxito em reverter o quadro de erosão da base tributária causado pela utilização de estratégias elisivas baseadas em doações sucessivas, fazendo com que os contribuintes optassem pela forma de transmissão patrimonial tributável. Todavia, o volume extraordinário de operações gerou impactos operacionais significativos tanto na estrutura administrativa municipal quanto nos cartórios de registro de imóveis, cuja capacidade revelou-se insuficiente para processar tempestivamente a demanda excepcional.

Em consequência, diversos contribuintes que manifestaram interesse em realizar operações sob o regime tributário favorecido não conseguirão concluir os trâmites administrativos e registrais até 30 de novembro de 2025. A extensão do prazo por dois meses adicionais revela-se, portanto, adequada para permitir a conclusão dos processos pendentes, considerando-se os prazos médios necessários aos procedimentos municipais e notariais.

Ressalta-se que a arrecadação gerada pela lei somente foi possível em virtude da redução da alíquota, que tornou economicamente atrativa a opção pela forma tributável. Sem o benefício, tais operações simplesmente não ocorreriam na modalidade geradora de ITBI, porquanto os contribuintes retornariam às estratégias elisivas que não produzem receita municipal.

A prorrogação, portanto, não representa renúncia de receita, mas sim estratégia de otimização arrecadatória que preserva e incrementa as finanças municipais, constituindo medida de prudência fiscal alinhada aos princípios da eficiência e economicidade, em plena conformidade com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanutto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200

Na certeza da acolhida desta relevante matéria por esta Casa Legislativa, submeto o presente projeto para deliberação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de novembro de 2025.

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 090/2025

Prorroga o prazo de vigência da Lei Complementar nº 86, de 12 de agosto de 2025, e dá outras providências

Marcio Sansigolo, Prefeito do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, encaminha a V. Exas. a apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º O artigo 4º da Lei Complementar nº 86, de 12 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A redução prevista nesta Lei Complementar aplica-se aos fatos geradores ocorridos entre a data de sua vigência e 27 de fevereiro de 2026."

Art. 2º O artigo 7º da Lei Complementar nº 86, de 12 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, extinguindo seus efeitos na data de 27 de fevereiro de 2026."

Art. 3º Mantêm-se inalteradas todas as demais disposições da Lei Complementar nº 86, de 12 de agosto de 2025.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
Estado de Santa Catarina, em 14 de novembro de
2025.

Marcio Sansigolo
Prefeito Municipal